

Eles sempre dizem não aos acordos

JOSÉ FONSECA FILHO

O bloco dos independentes da Constituinte não é muito numeroso e pode ser chamado, também, de "turma do contra". São os parlamentares que votam exclusivamente de acordo com suas convicções pessoais, sem se incomodar com os acordos de lideranças e a orientação partidária. Os campeões do desrespeito a seus partidos são os ex-ministros Roberto Campos (PDS-MT) e Delfim Neto (PDS-SP), que admitem estar votando praticamente contra todos os acordos, por entenderem que representam os eleitores que lhes deram o mandato, e não os partidos e seus programas superados.

Os constituintes independentes podem enfrentar dificuldades em seus partidos, como a deputada Moema São Thiago (PDT-CE), quase expulsa e proibida de participar dos programas do PDT na televisão por ter cometido o "sacrilegio", para os brizolistas, de votar a favor do parlamentarismo. O deputado Alcení Guerra (PFL-PR) também ignora a orientação do PFL e vota com a esquerda ou a direita, "sem constrangimento, conscientemente", e acha que não está sendo compreendido pelo seu eleitorado no Paraná. O líder do PFL, José Lourenço, é o único

que não respeita os independentes, e por votos contrários destituiu a vice-liderança José Sarney Filho (PFL-MA), Alcení Guerra, Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Thomaz Nonô (PFL-SE) e Mário Assad (PFL-MG).

Alcení desabafou: "Tem dias que dá ataque de irracionalidade coletiva no plenário e quase todos os constituintes votam de acordo com o que os partidos mandam, sem meditar sobre a matéria, mesmo que ela seja procedente". Lembra que, na Comissão de Sistematização, havia uma emenda de José Genofino (PT-SP) estabelecendo que todo cidadão tem direito à defesa contra a opressão do Estado. Não comprometidos com a esquerda, apenas ele e Jarbas Passarinho (PDS-PA) votaram a favor e foram criticados. Depois, descobriram que Genofino se baseara num preceito da Constituição dos Estados Unidos.

Na votação em plenário, o parlamentar notou que muitos constituintes proprietários de emissoras de rádio e televisão votaram contra a emenda que proíbe atentados contra a liberdade de imprensa, porque seguiram a instrução das lideranças do PDS, PFL, PTB e PL. Pessoalmente, Alcení nem lembra quantas vezes votou em desacordo com o PFL: foram quase todas. O fenômeno acontece também do

outro lado. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos líderes do Centrão, votou contra o grupo em quase todos os itens da ordem econômica; contra o conceito de empresa nacional acordado; contra o item relativo à ocupação do solo urbano e outros referentes à mineração. "Sinto que os acordos são feitos diante da realidade do plenário, sem respeito às convicções pessoais", observou Luís Eduardo.

Amigo pessoal de Brizola, nem assim o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) deixou de ser tido quase como um marginal no PDT. Votou contra a nacionalização do subsolo; a licença paternidade; a manutenção dos contratos de risco para prospecção de petróleo; a jornada de seis horas seguidas e se absteve quanto à estabilidade no emprego. "Voto de acordo com minha consciência e minhas idéias, nem sempre coincidentes com o programa superado do partido", explicou o parlamentar. Quando discorda, nas reuniões da bancada, Streck avisa logo: "Não contem comigo sobre isso". "Quero sair de bem comigo mesmo, e não com a bancada", disse, ressaltando que sua liberalidade é respeitada pelo líder Brandão Monteiro.

Roberto Campos reconheceu que vota "quase sempre contra", porque o

projeto constitucional está sendo "irrealista, populista e descuidado das limitações impostas pela economia. Acho que o PDS faz acordos que comprometem princípios essenciais. Não adianta acordo sobre o que, na prática, é inexecutável", observou, citando quase todos os capítulos da ordem econômica. Campos lembra ter votado contra a definição do direito de greve, "um dos males permissivos do mundo e que deve ter graves consequências sobre a economia". Votou também contra o usucapião urbano aos cinco anos, "que impedirá a remoção de favelas" e o aproveitamento de terras subutilizadas, "cujo conceito de subutilização não é definido".

Também ex-ministro do Planejamento, Delfim Neto não se incomoda de ser campeão de votos contra a orientação do PDS. "Represento os constituintes que me elegeram e os pontos que defendi na campanha, e não o que o partido tenta impor", afirmou o deputado, também insatisfeito com os rumos da futura Constituição. Um dos defeitos dos constituintes afirmou Delfim, é a "estadolatria", que consiste em imaginar — que o Estado resolve todos os problemas, por isso lhes dão encargos. "Os constituintes não conhecem o outro lado", disse, referindo-se ao seu tempo de ministro. Não recordou os itens que votou con-

tra o PDS, mas o que chamou de "alguns absurdos", como colocar na Constituinte que a saúde é direito do povo e dever do Estado. "Isso é uma imbecilidade absoluta" — observou — "porque o Estado só pode prover saúde à população se ela trabalhar e houver recursos".

Os independentes estão em todos os partidos, e o grupo chega a cerca de 50 constituintes, incluindo os dissidentes do MUP do PMDB, todos votando contra a orientação dos partidos. No PDS, Wilma Maia (RN) e Myriam Portela (PI) são chamadas de "xixias da direita" pelo líder Amaral Neto. Constituintes independentes em relação aos partidos e acordos são Roberto Campos, Delfim Neto, Adilson Motta (PDS), Luís Eduardo Magalhães, Mendes Thame (PFL), Henrique Córdova (PDS), José Paulo Bisol (PMDB), Moema São Thiago, Francisco Pinto (PMDB), Chagas Rodrigues (PMDB), Egídio Ferreira Lima (PMDB), Adroaldo Streck (PDT), Vilson Souza (PMDB), Haroldo Sabóia (PMDB), Hermes Zanet (PMDB), Domingos Leonelel (PMDB), Sandra Cavalcanti, Alcení Guerra, Edme Tavares (PFL); Mário Assad (PFL), Saulo Queiroz (PFL) e José Sarney Filho, entre outros.

Brasília/Agência Estado



Luís Eduardo Magalhães

Eduardo, o "príncipe do Recôncavo"

Com 33 anos, dois mandatos estaduais e um federal, como mais votado da Bahia, Luís Eduardo Magalhães acabou se destacando entre as lideranças do Centrão, um grupo no qual sempre percebeu uma falha: a pobreza do conteúdo ideológico, como se fosse mais um agrupamento de teses convergentes e interesse principal pela defesa da iniciativa privada, para enfrentar as esquerdas e os nacionalistas.

Apesar dos preconceitos, não esconde sua posição política de centro-direita e procura manter a autonomia em relação à atuação do pai, o ministro das Comunicações. Luís Eduardo diz ser um liberal, respeita as posições políticas divergentes, mas acredita que o excesso de nacionalismo e a tendência estatizante da futura Constituição pode acabar comprometendo o desenvolvimento e a modernização do País.

Os últimos resultados adversos para o Centrão não o surpreenderam, assim como a desarticulação do grupo e as ausências de votos importantes no plenário. Visado pelos "adversários do País", trabalhou ativamente em todas as etapas da Constituinte, destacando-se após a organização do Centrão. Mantém relacionamento repetitivo com as esquerdas, e o irreverente José Genofino (PT-SP) o chama de "Príncipe do Recôncavo", rica região produtora baiana, já que o pai era chamado de "vice-rei do Nordeste".

Agora Campos limita-se a evitar o mal



Alencar Monteiro

Experiência de Campos na Constituinte é melancólica

O senador Roberto Campos está sempre na primeira fila de cadeiras do plenário da Constituinte. Raramente ri, conversa pouco e vota quase sempre contra. Definiu sua experiência de constituinte com um único adjetivo: melancólico. Mas disse conformar-se, em parte: "Descobri que não posso fazer o bem, meu objetivo máximo agora é evitar o mal". Ex-ministro do Planejamento e embaixador em Washington, apontado pelas esquerdas como comprometido com o internacionalismo econômico, Campos afirmou, sem entusiasmo, estar gostando da experiência parlamentar. Mas não garantiu se voltará a ser candidato.

A Constituição que está sendo elaborada, em sua opinião, "vai ter curta duração", menor do que as anteriores, por estar cheia de conceitos dúbios e propostas inexecutáveis. Além do mais, há grande número de leis complementares a serem elaboradas, não haverá tempo útil diante das eleições municipais e elas acabarão também sendo ignoradas, acrescentou. "Nacionalistas", em sua opinião, estão dando caráter exagerado à proteção aos bens do País e seus preconceitos entronizados na Constituição. "É ridículo expulsar o investidor estrangeiro que aplica em capital de risco quando o País está mendigando empréstimos externos", observou. As perspectivas do País com a futura Constituição não são boas, segundo o ex-ministro e constituinte.

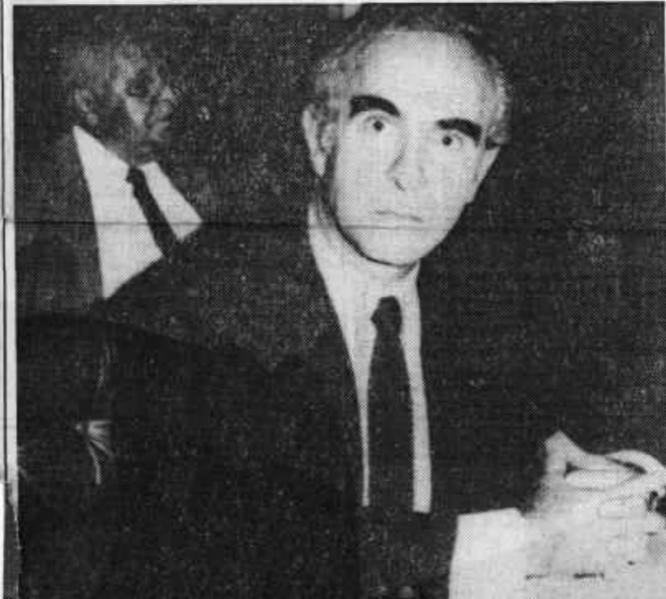
Streck é brizolista e liberal

Adroaldo Streck tem 53 anos de idade e 34 de jornalismo. Resolveu ser candidato a constituinte quando conversava, na praia, com amigos, em busca de sugestões para uma nova atividade. Comunicou a decisão imediatamente à mulher, e esta o classificou de louco. Loucura à parte, entrou para o PDT de seu amigo Leonel Brizola, fez campanha durante apenas 47 dias e obteve a segunda votação do partido, 33 mil votos. Graças aos seus programas de rádio e televisão, reconheceu.

Veio para a Constituinte e é um dos campeões de votos contra seu próprio partido. Companheiros levaram o fato ao ex-governador Brizola, pois imaginavam uma forma de puni-lo. "Deixa o Streck comigo

que eu resolvo os problemas com ele pessoalmente, não se incomodem", respondeu Brizola, velho amigo da família, a quem Streck visitara no exílio inúmeras vezes.

Streck se classifica como político liberal. Acredita que, no limiar do novo século, os radicalismos são inaceitáveis e o político não pode atuar sem desconhecer que a sociedade tem diversos segmentos que não precisam digladiar-se entre si para conviver. Decepcionado com a atividade parlamentar, "apesar da riqueza da Constituinte", disse que não pretende se candidatar de novo, pois o Congresso é pouco produtivo, tem muita falação. "Como jornalista, posso fazer mais pela política", observou.



Alencar Monteiro

Streck vota bastante contra decisões de sua bancada

Uma hora de arte política

ADROALDO STRECK

Vejo a Constituinte como uma hora de arte política, que tão cedo não se repetirá. E preciso estar à altura deste momento transcendente da vida nacional, firmando posições que colaborem para o aperfeiçoamento das nossas instituições. Tenho procurado fazer parte deste contexto, renovando pontos de vista que sustentei durante 30 anos no jornalismo e que, infelizmente, não coincidem com a orientação da liderança do meu partido na Constituinte. É doloroso viver um contra-tempo deste vulto, depois de um ano inteiro de convivência fraterna em torno de ideais comuns, que se diferenciam apenas nos métodos de torná-los concretos, porque na essência são absolutamente idênticos.

As agremiações políticas que se formaram pós-1964 foram constituídas por interesses pessoais de grupos, ou em torno de uma liderança maior. O PDT enquadra-se na última hipótese: não seria um partido político sem a expressão do nome do engenheiro Brizola. Esta é uma realidade inquestionável.

Nascido politicamente sob orientação dos postulados de Alberto Pasqualini, que teve no Rio Grande seu ponto de apoio forte, entendo que o PDT, se quiser honrar a memória do ideólogo do trabalhismo, terá de se comportar como algozão entre cristais, nesta luta sem fronteiras entre capital e trabalho, numa sociedade como a nossa, em certos aspectos, primitiva demais para o meu gosto. Qualquer compromisso do trabalhismo representado pelo PDT, que não se dirija no sentido de compor, sem radicalismos, os conflitos que se avolumam, na Constituinte e fora dela, me parece sem perspectiva de êxito. O espaço das posições políticas chamadas "progressistas", está ocupado por uma esquerda teimosa e mal informada, que insiste em cometer erros antigos, quando poderia queimar etapas, louvada na experiência dos países que já "quebraram a cara" patrocinando causas perdidas.

O PDT, que se posiciona por um capitalismo moderno, segundo seu líder Leonel Brizola, se quiser chegar ao poder, precisa abandonar

determinados clichês rancosos, em moda nos países em processo de desenvolvimento, ou "terceiro mundismo", como querem alguns. As vezes, num primeiro impacto, posições duras diante de uma realidade catastrófica como a nossa podem não render dividendos. Mas, a médio e longo prazo, não nos iludamos, o comando do País pertencerá a quem não estiver preocupado em colher resultados eleitorais imediatos.

Assim, o meu pensamento sobre o PDT que integro é voltado à valorização de quem produz, dá empregos, corre riscos. Distancio-me dos dois extremos — esquerda progressista, direita intransigente —, assumindo posições próprias. Se assim não fosse, poderia passar uma procuração ao líder do meu partido na Constituinte, atribuindo-lhe a tarefa de votar por mim. A missão que recebi em novembro de 1986 é pessoal e intransferível. E, para sorte minha, perante as pessoas que confiam em mim, está saindo exatamente de acordo com a encomenda.

Adroaldo Streck é jornalista e deputado federal pelo PDT do Rio Grande do Sul.